

## Servidores da Funasa lutam por fortalecimento das superintendências em todos os estados

A Condsef/Fenadsef participou na última sexta-feira, 22, em Brasília, de reunião com o presidente interino da Funasa, Alexandre Motta. Ainda que tenha sido afastada a ameaça de extinção do órgão, servidores em todo o Brasil relatam que vem sofrendo as consequências desse processo e com a falta de estrutura que estão inviabilizando a execução de funções essenciais à população brasileira. Milhões de recursos não estão sendo empregados, por exemplo, em análise da água, entrega de cisternas, poços artesianos, os impactos impedem até mesmo a entrega de casas populares.

Vale lembrar que a Funasa também atua no auxílio às vítimas de fortes chuvas, como ocorreram recentemente em cidades do Rio Grande do Sul, por meio de técnicos e da Unidade Móvel de Tratamento de Água (UMTA), equipamento que torna a água apropriada para o consumo humano. Ou seja, é um órgão atuante que presta serviço de qualidade à população brasileira.

Ao longo dos últimos meses, servidores vem denunciando que estão sem acesso até mesmo ao básico como água e papel higiênico, o que dificulta e chega a inviabilizar o desempenho de suas funções essenciais à população. Por isso, foi reforçada na reunião a necessidade urgente do fortalecimento das superintendências em todos os estados.

A comissão criada para discutir a reestruturação da Funasa já teria concluído relatório final onde elaborou três possíveis cenários. No entanto, servidores ainda não tiveram acesso a esse material e a Condsef/Fenadsef segue cobrando a divulgação.



Enquanto isso, a categoria também continua promovendo o trabalho de força tarefa e buscando apoio de parlamentares para efetivar a reestruturação da Funasa. Nesta terça, 26, deputados do PSD questionaram o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sobre com quem ficará o comando definitivo da Funasa. Padilha comentou nessa quarta, 27, que a Funasa precisa de estrutura antes de definir seu comando.

Para os servidores essa definição segue cada vez mais urgente e deve ser priorizada pelo governo. Além da falta de estrutura, a categoria também vem relatando situações de assédio que precisam ser apuradas e combatidas. A Condsef/Fenadsef, juntamente com suas entidades filiadas, segue no trabalho e na defesa da reestruturação da Funasa.

### Relembre o processo

A extinção da Funasa havia sido assinada pelo presidente Lula em MP 1156/23 no primeiro dia de governo e foi dada como certa chegando a ser apa-

gado o nome da fundação da sede em Brasília por ordem do ministro das Cidades. Após muita luta e intensas mobilizações ao longo de 120 dias, com envio de forças tarefa a Brasília, a Condsef/Fenadsef, suas entidades filiadas e servidores da Funasa em todo o Brasil comemoraram a decisão do Congresso Nacional que retirou a extinção da Funasa do texto da Medida Provisória 1154/23 que reorganiza os ministérios do governo Lula.

Impedir a extinção do órgão foi um ponto crucial nesta luta, mas é preciso mais. "Toda nossa luta até aqui valeu a pena, mas vamos precisar seguir firmes pois o caminho para a verdadeira reestruturação que buscamos é longo", destaca o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "A Funasa fica e com isso também seu importante papel junto a milhares de brasileiros que necessitam das políticas públicas conduzidas por esse importante e fundamental órgão", reforçou.

**Condsef/Fenadsef**

## Lula se compromete a vetar tese do marco temporal, aprovada pelo Senado

O projeto de lei que cria o marco temporal para demarcação de terras indígenas, aprovado ontem (27) pelo Senado, na contramão da declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal (STF), deve ser vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Aos senadores governistas, o chefe do Executivo se comprometeu a vetar a proposta, de acordo com informações do portal UOL.

Ainda ontem, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido -AP), confirmou a jornalistas, pouco antes da votação a toque de caixa, o veto de Lula ao texto. “A matéria indo a sanção (presidencial), por óbvio, será objeto de veto da parte do governo”, afirmou. Ele ainda observou que “qualquer instituição recorrerá ao Supremo e será decretado que a lei é nula”.

Aos aliados, Lula também indicou que não aceitará o Projeto de Lei (PL) 2.903/2023 na íntegra. A expectativa de ativistas e dos movimentos e povos indígenas é que o texto seja vetado. Conforme reportou a RBA, logo após a aprovação do texto na Câmara, em maio, além de dificultar a demarcação de terras indígenas, o projeto estabelece um pacote de medidas anti-indígenas que também pode abrir os territó-

rios tradicionais para a exploração de recursos hídricos, energéticos, minerais e de instalação de infraestrutura.

### Palavra final com o STF

O PL acaba ainda com a proteção dos povos indígenas isolados em relação a contatos externos. O texto permite que, em “situação de utilidade pública”, “intermediários em ação estatal” possam quebrar essa proteção. O conceito de utilidade pública, porém, não define critérios ou situações para esse tipo de atuação. Não à toa, o projeto recebeu o apelido de “PL do Genocídio”.

No Ministério dos Povos Indígenas, a avaliação é que a disputa vai se prologar e voltar à Corte. De acordo com o secretário-executivo da pasta, Eloy Terena, mesmo que Lula vete o projeto, ele voltará para o Congresso, que pode derrubar os vetos. “E, novamente, irá para o STF. Ou seja, a palavra final será do Supremo”, explicou ao jornalista Jamil Chade durante evento na Organização das Nações Unidas. Eloy participa de sabatina sobre o Brasil no tema e diante do mundo, nesta quinta (28), deve denunciar a “afrenta” do Senado ao STF.



### Afronta do Legislativo

“Eles quiseram mandar um recado ao seu público, conservador e bolsonarista. Isso coloca mais uma vez a polarização entre Congresso e Supremo e joga cada vez mais o STF nessa condição de legislador. Não entendendo isso como um ativismo judicial. O Supremo foi provocado”, reagiu o secretário-executivo. A possibilidade de que a Corte barre novamente o marco temporal é dada como certa inclusive pelo representantes da bancada ruralista e bolsonarista no Senado.

Defensores da tese, o grupo apresentou no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC) incluindo o marco temporal na própria Constituição, para que o Supremo não possa derrubá-la. A manobra, no entanto, vai exigir mais votos do que obteve o PL 2.903 na Câmara e no Senado.

Fonte: Cut.org.br